



A COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA, AGENDADA PARA ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS DO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2024, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES Nº 01 E POR VÍDEOCONFERÊNCIA, COM A SEGUINTE PAUTA:

I. Discussão e votação das atas:

- a) 16º Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.
- b) 6º Reunião Conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Tributação, e Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público.

II. Ordem do dia

- a) Discussão e votação de pareceres:

DEPUTADO ANTIDIO LUNELLI

PL./0437/2024 – Autor: **Deputado Mário Motta** – Declara de Utilidade Pública A Associação Doce Vida do Município de Lages e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública Estadual no Âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade.

DEPUTADO VOLNEI WEBER

PL./0125/2024 – Autor: **Deputado Napoleão Bernardes** – “Dispõe Sobre o Atendimento Preferencial aos Doadores Regulares de Sangue, ou de Órgãos, Tecidos e Medula Óssea, no Estado de Santa Catarina, Denominado ‘Solidariedade à Frente’”.

DEPUTADO MÁRIO MOTTA

PL./0182/2024 – Autor: **Deputado Fernando Krelling** – Cria a Carteira de Identificação do Portador de Próteses e Placas Metálicas no Âmbito do Estado de Santa Catarina e Dá Outras Providências.

PL./0234/2024 – Autor: **Deputado Neodi Saretta** – Declara de Utilidade Pública o Instituto Metropolitano Para Desenvolvimento Desportivo e Social de Blumenau e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os Atos Normativos Que Concedem o Título de Utilidade Pública



Estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” Para Fazer Constar Nele o Nome de Tal Entidade.

DEPUTADO ESTENER SORATTO

PL./0290/2023 – Autor: **Deputado Oscar Gutz** – Altera a Lei 14.675 de 13 de abril de 2009 que “Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e Estabelece Outras Providências.” Para determinar as possíveis formas de compensação ambiental.